



## Maré de mudanças, continuidades latentes: a comercialização de escravos através da imprensa periódica na Belém de fins do XIX (1871-1888)

Luiz Carlos Laurindo Junior\*

**Resumo:** No presente artigo, desenvolvo uma análise da comercialização de escravos na capital da Província do Pará durante as décadas de 1870 e 1880. A partir dos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos publicados quase diariamente nas páginas do Diário de Belém – um dos jornais de maior circulação da cidade –, busco demonstrar que, em meio às mudanças que matizaram o cenário regional neste período, o comércio de escravos, como evidenciado na imprensa periódica, configurou-se como elemento de continuidade. Através de abordagem quantitativa dos anúncios, sem abdicar, contudo, das situações particulares e do diálogo com outros documentos, discorro sobre uma série de questões, como a oferta/procura deste tipo de mercadoria, as características dos escravos anunciados e dos responsáveis pelos anúncios e os locais de negociação.

**Palavras-chave:** Comércio. Escravos. Imprensa Periódica.

**Abstract:** In the present article, I develop an analysis of the commercialization of slaves in the capital of the Province of Pará during the 1870s and 1880s. From the advertisements to buy, sell and rent slaves published almost daily in one of the newspapers with the greatest circulation of the city, I intend to show that, among the changes that marked the regional scenery in that period, the commerce of slaves, as displayed in the periodic press, was an element of continuity. Quantifying the advertisements, without abdicating, however, of particular situations and dialogue with others documents, I look for different issues, as the supply/demand of slaves, the characteristics of those slaves advertised and the responsible for the advertisements and the places of negotiation.

**Keywords:** Commerce. Periodic Press. Slaves.

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal do Pará. Professor Assistente da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: luizcarloslaurindo@hotmail.com



## Introdução

Seria exagero dizer que a *Belém da Belle-Époque*, tão reverenciada pelos saudosistas habitantes da Belém contemporânea, nasceu de braços escravos, já que, a partir da segunda metade do século XIX, o emprego de mão-de-obra livre ganhou força no cenário regional (SANTOS, 1980; WEINSTEIN, 1993; SARGES, 2002; LACERDA, 2010). No entanto, a mesma cidade que almejava, durante este período, atingir os patamares europeus de civilização e modernidade, que vinha se transformando no corredor de exportação de uma província disposta a abrir cada vez mais sua economia para o capital estrangeiro, que foi o principal palco de investimentos da economia gomífera e que pretendia acolher com braços abertos o trabalhador livre de outras províncias e do exterior, continuava a usufruir significativamente da força de trabalho dos escravos de origem africana.

Os jornais que circularam por Belém nestes tempos, principalmente os de grande porte, ou seja, com maior número de assinantes e leitores – como O Liberal do Pará, A Província do Pará, A Constituição, o Diário de Notícias, o Diário do Grão-Pará e o Diário de Belém –, publicavam diariamente – pelo menos até o início da década de 1880 – anúncios de compra, venda e aluguel de escravos, revelando intensa oferta e procura pela força de trabalho escrava. O objetivo deste artigo consiste justamente em analisar esta comercialização de escravos que ganhou contornos nas páginas dos jornais durante o período conhecido como o de apogeu da economia da borracha (SANTOS, 1980; WEINSTEIN, 1993; SARGES, 2000), quando, supostamente, conforme a historiografia tradicionalmente asseverou, a cidade estaria vazia de escravos. Para tanto, busquei, coletei e sistematizei os anúncios de compra, venda e aluguel de escravos publicados entre 1871 e 1888 em um dos jornais supramencionados, o Diário de Belém.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O Diário de Belém foi fundado pelo bacharel Antônio Francisco Pinheiro em 1868 – quando tinha como redator Mathias Leite da Silva – e extinto em 1892. Era um jornal “político, noticioso e comercial” (que depois se tornou órgão especial do comércio), de circulação diária, com quatro páginas em cada edição. Apesar de vinculado aos conservadores (ao Partido Conservador), ligou-se, entre 1872 e 1873, à dissidência conservadora na província, representada por Antônio Gonçalves Nunes e Antônio Pimenta de Magalhães, opositores do Cônego Siqueira Mendes, chefe do Partido Conservador na província ao longo do Segundo Reinado. Visto que o jornal estava nas mãos da dissidência, Siqueira Mendes fundou outro órgão de imprensa para o Partido, A Constituição, que circulou entre 1874 e 1886 (BEZERRA NETO, 2009a; CASTRO, 1998).



## Oferta e procura de escravos nas páginas do Diário de Belém

Nas décadas finais da escravidão, as formas de comercialização de escravos haviam mudado. Primeiro, porque a Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 1850 e responsável por interromper a importação de escravos da África, diminuiu significativamente sua oferta. Posteriormente, com a Lei de 15 de Setembro de 1869, ficou proibida a venda de escravos “debaixo de pregão e em exposição pública” (GOUVEIA, 1955, p. 159). Para completar, a comercialização de escravos foi sendo cada vez mais taxada pelo poder público. Nestas circunstâncias, os anúncios dos jornais, por sua profusão em determinados meios, por garantirem certa impessoalidade para o anunciante e possibilitarem que os interessados na negociação não fossem identificados, tornaram-se espaços privilegiados para a comercialização da mão-de-obra escrava.<sup>2</sup> Portanto, ora como mercadoria a ser vendida, comprada ou alugada, ora como mão-de-obra fugida (questão que não será abordada neste artigo), escravos eram anunciados quase diariamente nas páginas dos jornais paraenses, pelo menos até o início da década de 1880. Direccionemos o foco para o Diário de Belém.

No dia 6 de agosto de 1874, foi publicado neste jornal publicou o seguinte anúncio: “Quem tiver e quiser vender escravos (cor preta, idade 15 a 25 anos) dirija-se ao estabelecimento dos srs. Manoel Pereira Pinto & C<sup>a</sup>, à praça das Mercês, que lá encontrará com quem tratar” (Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 06/08/1874). Da mesma forma, em março de 1876, anunciava-se: “Atenção. Vende-se uma carafuza de 26 anos de idade, bonita figura, sabendo perfeitamente costurar, engomar, cozinhar e lavar; é muito própria para o serviço doméstico” (Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 02/03/1876). Em 23 de abril de 1879: “Ama de leite. Aluga-se uma ama de leite sem filho e com bons predicados, a tratar com José da Silva Castro” (Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 23/04/1879). O Diário de Belém de 10 de maio de 1881 conglomerava os três tipos de anúncio de comercialização de escravos (compra, venda e aluguel): “Chapeleria 29. Precisa-se comprar um moleque de 16 a 18 anos de idade; a tratar com Joaquim Cintra & C<sup>a</sup>, travessa do Passinho”; “Escravos à venda. Vende-se dois escravos sadios e de boas figuras,

---

<sup>2</sup> Em muitos casos, eram indicadas apenas informações vagas a respeito dos endereços dos anunciantes; em outros, não se encontrava sequer alguma referência. Além disso, como veremos mais adiante, existia a possibilidade de se delegar a negociação aos agentes espalhados pela cidade, transferindo para estes intermediários os olhares condenatórios dos “cidadãos de bem”. Sobre as diferentes formas de comercialização de escravos na Colônia e no Império, cf.: SALLES, 2005; KARASCH, 2000; LAPA, 2008.



próprios para todo serviço; sendo um com 30 e outro com 45 anos mais ou menos; a tratar com o corretor Guedes da Costa”; “Moleque ou moleca. Nesta tipografia se diz quem precisa alugar um moleque para serviço de uma casa de família” (Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 10/05/1881).

Foram coletados ao todo 550 anúncios deste tipo no Diário de Belém<sup>3</sup> (sem levar em conta as repetições).<sup>4</sup> Antes de analisa-los, três advertências se fazem necessárias: primeiramente, a maior parte das quantificações realizadas com estes anúncios possui validade apenas em termos relativos, não absolutos, pois tão-somente de dois anos, 1876 e 1882, foram preservadas na Biblioteca Pública Arthur Vianna séries completas (de janeiro a dezembro) do Diário de Belém;<sup>5</sup> em segundo lugar, não foi encontrado nesse acervo nenhum jornal referente aos anos de 1875, 1878, 1883, 1884, 1885 e 1887; por último, não obstante a pesquisa ter compreendido o recorte de 1871 a 1888, não foram encontrados anúncios de compra, venda e aluguel de escravos após 1882, portanto, a maioria das tabelas terá esse ano como baliza. Foi com base nesta sistematização que construí o Gráfico I, onde comparo, anualmente, a quantidade de cada tipo de anúncio publicado (lembrando que as comparações entre os anos são inviáveis, em função das séries incompletas).

---

<sup>3</sup> Com estes anúncios, construí um banco de dados a partir dos seguintes critérios: data da publicação do anúncio (dia, mês e ano); tipo de anúncio; quantidade de escravos anunciados; sexo, cor, idade, qualificação profissional (até quatro qualificações) e características do escravo; exigências colocadas pelo anunciante (no caso de comprador ou locatário); responsável pelo anúncio (indicando se vendedor, comprador, locador ou locatário); local de referência para a realização do negócio (até três locais); e observações (até três). Vale ressaltar que a quantificação desses anúncios em diversos momentos esbarrou em textos fluidos e escorregadios, permeados por ambiguidades e de difícil enquadramento nos moldes mencionados. Além disso, os anúncios representam a intenção da negociação, não sua concretização, a qual, infelizmente, está totalmente fora do alcance deste artigo.

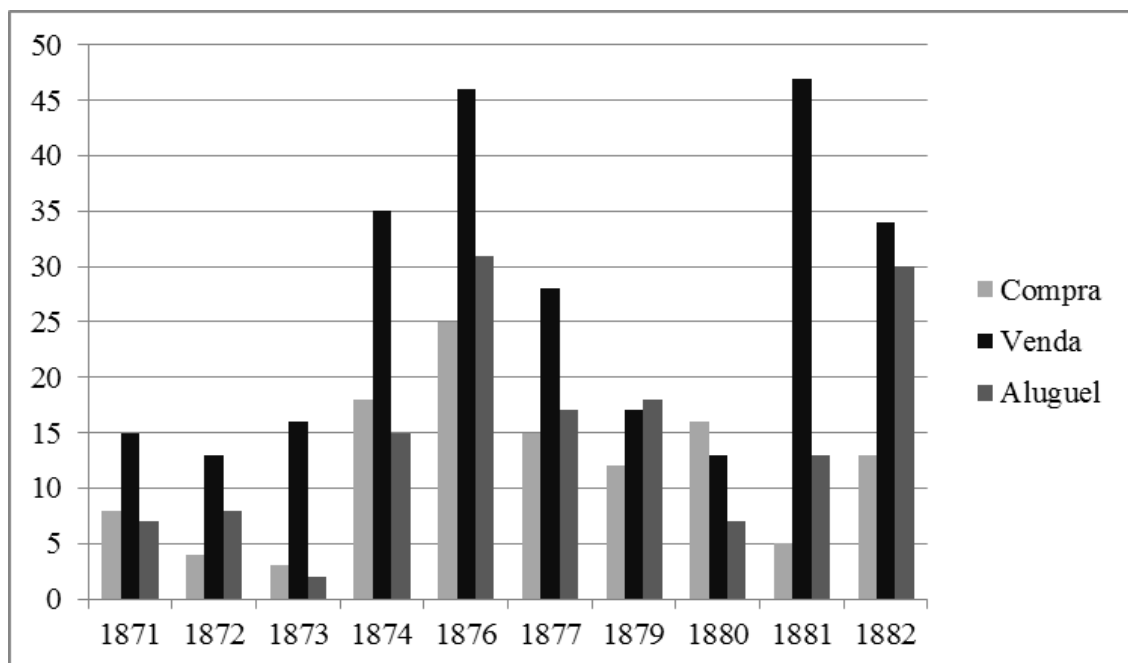
<sup>4</sup> Busquei a todo tempo averiguar se os anúncios publicados eram ou não repetidos. Contudo, é provável que alguns tenham sido publicados em diferentes momentos com estruturas textuais modificadas. Nestes casos, pela ausência de certeza, optei por não eliminar a presumível repetição.

<sup>5</sup> As séries do Diário de Belém encontradas na Biblioteca Pública Arthur Vianna foram as seguintes: janeiro a março de 1871; outubro a dezembro de 1872; outubro a dezembro de 1873; julho a dezembro de 1874; janeiro a dezembro de 1876; janeiro a junho de 1877; janeiro a junho de 1879; janeiro a junho de 1880; janeiro a junho de 1881; e janeiro a dezembro de 1882. Além da ausência de muitos meses completos, é comum nesta documentação a ausência de exemplares pertencentes aos meses encontrados.



Gráfico I

Anúncios de compra, venda e aluguel de escravos publicados no Diário de Belém (1871-1882)



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 1871-1888.

Fica evidente, em primeiro lugar, que o comércio de escravos realizado através das páginas do Diário de Belém atravessou com fôlego toda a década de 1870, chegando pelo menos até o ano de 1882, seis anos antes da abolição. Infelizmente, não é possível saber até quando o Diário de Belém publicou anúncios de escravos, pois, como dito anteriormente, os exemplares referentes ao intervalo de 1883 e 1885 não constam nos catálogos de microfimes da Biblioteca Pública Arthur Viana. Durante a década de 1880 (sobretudo a partir de 1886), neste jornal e na imprensa periódica em geral, a onda abolicionista já havia se sobreposto aos interesses escravistas. A maioria dos jornais (senão todos) não mais anunciava escravos. Com o Diário de Belém não foi diferente.<sup>6</sup>

Na maioria dos anos elencados no gráfico, os anúncios de venda são significativamente mais numerosos que os de compra e aluguel. As exceções se dão nos anos de 1879 e 1880, quando a quantidade de anúncios de venda é menor do que a de anúncios de aluguel (1879) ou de compra (1880). Uma possível resposta para esta situação específica perpassaria pela valorização dos “bens semoventes” no mercado, associada a uma conjuntura

<sup>6</sup> O Diário de Notícias, o Diário do Grão-Pará e A Província do Pará, por exemplo, pararam de publicar anúncios de escravos em 1881.



de estabilidade econômica na região. Roberto Santos, analisando o principal produto da pauta de exportações da província neste período, considera que “a série de cotações da borracha em Belém comporta três fases distintas”: na primeira, que compreende o período de 1866 a 1888, corresponde a uma “fase de ascensão moderada dos preços, em meio a flutuações não muito pronunciadas”; o período de 1889 a 1910 corresponderia à fase de crescimento rápido dos preços, porém sujeita a fortes flutuações; e o intervalo de 1911 a 1920 à fase de declínio (SANTOS, 1980, p. 212). Segundo Bárbara Weinstein, “se na década de 1870 Pará ainda não entrara em sua ‘idade do ouro’, desfrutava no entanto um grau de prosperidade relativamente alto”, mantendo-se elevada a taxa de exportação de outros produtos de natureza extrativa importantes, como o cacau e a castanha-do-Pará, assim como a do algodão. Conforme Weinstein, estes produtos considerados secundários na economia local “iriam desaparecer das estatísticas comerciais na década de 1890” (WEINSTEIN, 1993, p. 73).

Contudo, em se tratando da comercialização feita através dos anúncios de jornal, continuar no percurso da análise conjuntural implicaria em incorrer numa série de equívocos. Primeiro e fundamentalmente, para uma empreitada do tipo, seria necessário um estudo do perfil dos senhores dos escravos oferecidos/demandados nos anúncios; segundo, geralmente quem publicava anúncios nos jornais eram seus assinantes e, quando muito, seus leitores, ou seja, o gráfico corresponde à situação de apenas uma pequena parcela dos proprietários locais, já que compreende os anúncios publicados em um único jornal da capital, o Diário de Belém; terceiro, quando se fala em compra, venda e aluguel de escravos, deve-se ponderar uma série de outros fatores (talvez até mais relevantes) que interferiam no processo de negociação através dos jornais, como a relação senhor-escravo, as características pessoais e profissionais do cativo, as demais relações que ele tecia com a sociedade ao seu redor, o próprio contexto da escravidão, a cotação de preços desta mercadoria, etc.

De qualquer forma, mesmo nos anos de 1879 e 80, a venda de escravos não deixa de ser expressiva, se comparada à compra e ao aluguel. No ano de 1881, atinge números bastante significativos, alcançando um total aproximadamente nove vezes maior do que a compra e três vezes maior que o aluguel. Observa-se, pois, vários senhores tentando se desfazer de seus escravos. Talvez, aproveitando a carência de mão-de-obra no mercado a nível regional (SALLES, 2005; SANTOS, 1980; LACERDA, 2010), estivessem atrás de um bom preço para suas “peças”. Ou, por medo das leis que apontavam para o fim da escravidão, estivessem atrás



de recuperar o capital investido num bem fadado à desvalorização.<sup>7</sup> O fato é que vender escravos, nesta década de 1870, era negócio vantajoso, momento em que a renovação da população escrava tinha sofrido limitações e se tornado onerosa. Os ventres haviam sido libertados pela lei de 1871 e o tráfico transatlântico há tempo abolido pelas leis de 1831 e 1850, restando aos interessados apenas o comércio local e o tráfico intra e interprovincial.<sup>8</sup>

A compra de escravos ainda era muito comum nestes tempos, apesar de quantitativamente menos relevante que a venda (no Gráfico I, os anúncios de compra só ultrapassam os de venda e aluguel em 1880). Se, de um lado, a população livre aumentava e, conseqüentemente, elevava a oferta de mão-de-obra livre, de outro, a sociedade continuava marcadamente escravista. Entre contratar um trabalhador livre e comprar ou locar um escravo, no Diário de Belém preponderou esta segunda opção – apesar de, com o passar do tempo, muitos anúncios não fazerem diferença entre um e outro tipo de mão-de-obra.<sup>9</sup> Por outro lado, embora preponderasse o interesse por escravos, os trabalhadores livres ganham relevância nos anúncios a partir de 1882, ano em que foram publicados 79 anúncios procurando/ofertando mão-de-obra livre, muito próximo dos 96 escravos anunciados. Em 1886, quando não mais se viam anúncios de escravos no Diário de Belém, eles tomam conta da parte comercial do jornal.

Já a prática de alugar escravos, vantajosa tanto para o locador (o proprietário do escravo) quanto para o locatário (um terceiro qualquer, indivíduo ou firma), foi também muito comum ao longo dos anos pesquisados (exceto no ano de 1873, quando há brusca redução neste tipo de negócio, talvez por medo da entrada de grande contingente de mão-de-obra livre no mercado, conforme dito anteriormente). Atendia a quem precisava de força de trabalho e proporcionava rendimentos constantes ao proprietário do cativo, sem implicar na alienação da mercadoria. Estabelecia-se um contrato formal ou um simples acordo entre locador e locatário, definindo-se as formas e o tempo de trabalho do escravo alugado, assim como as responsabilidades inerentes às partes. A partir de então, o escravo prestava serviços ao

---

<sup>7</sup> Cristina Cancela destaca o crescente investimento em imóveis urbanos a partir da segunda metade do XIX (CANCELA, 2006). Não foi por acaso que, no Diário de Belém, os anúncios antes destinados à oferta/procura de escravos, a partir de 1886 dão lugar às dezenas de anúncios de compra, venda e aluguel de imóveis.

<sup>8</sup> Sobre o tráfico inter e intraprovincial no Pará, cf. BEZERRA NETO, 2009b.

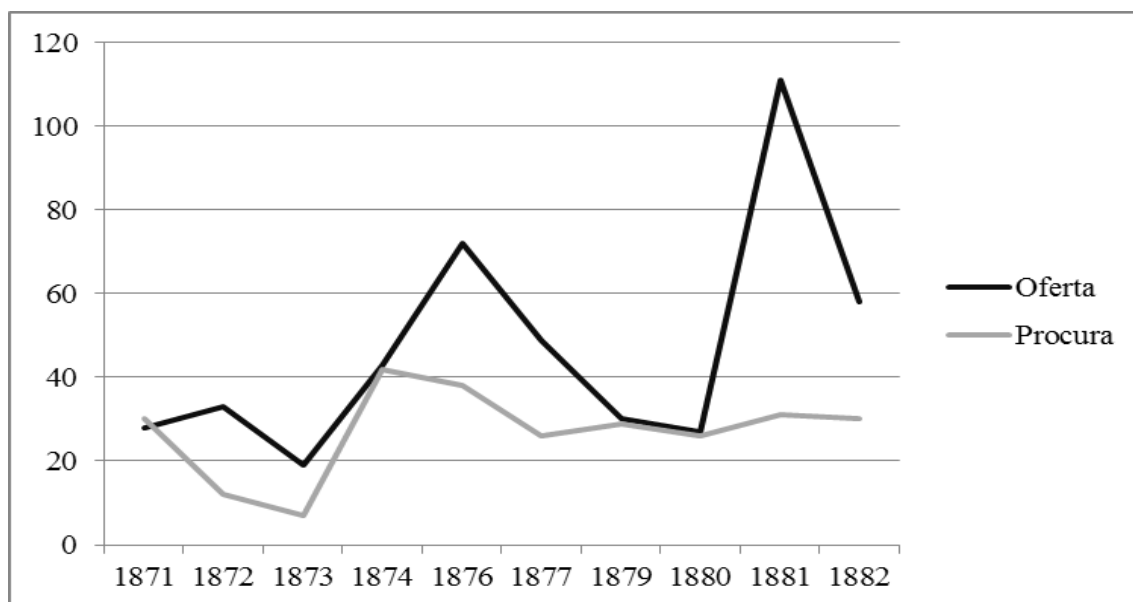
<sup>9</sup> Em setembro de 1874, por exemplo, foi publicado o seguinte anúncio: “Cozinheira. Precisa-se alugar uma cozinheira livre ou escrava, dá-se bom ordenado agradando os seus serviços, em casa de Fernandes da Silva & Cia, rua dos Mercadores n.8” (Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 12/09/1874).



locatário, o qual deveria pagar periodicamente uma quantia previamente acertada diretamente ao proprietário do bem locado.<sup>10</sup>

O Gráfico II apresenta a relação entre a oferta e a procura de cativos nas páginas do Diário de Belém, entre 1871 e 1882.<sup>11</sup>

Gráfico II  
Oferta e procura de escravos no Diário de Belém (1871-1882)



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 1871-1888.

Ao longo do período analisado, a oferta de escravos, à exceção de 1871, é sempre maior do que a procura. Contudo, até 1880, as linhas não se distanciam muito, chegando a se tocar em 1874, 1879 e 1880. Em 1881, porém, elas se afastam expressivamente – com a oferta chegando a um valor aproximadamente três vezes maior do que a procura –, para, no ano seguinte, voltarem a se aproximar. Ponderando que nos anos com séries completas de anúncios (de janeiro a dezembro) a relação entre oferta e procura é muito semelhante (ver Tabela I), com a primeira girando na faixa de 65% e a segunda na de 34%, depreende-se que o incomum, em 1881, diz respeito à procura, que cai para um percentual de 21,83% dos

<sup>10</sup> São inumeráveis os trabalhos que tratam do escravo de aluguel e o diferenciam do escravo de ganho (SILVA, 1988; MACHADO, 2004; ALGRANTI, 1988; SOARES, 2007). Amaral Lapa, baseado em Marilene Nogueira da Silva, afirma que, “no sistema de aluguel, quem oferecia os serviços do escravo era geralmente o senhor, que naturalmente estabelecia as condições em que a locação era feita no que diz respeito à natureza do trabalho e ao *quantum* a ser pago e em que condições” (LAPA, 2008, p. 178).

<sup>11</sup> Considerei como oferta a totalidade dos anúncios cujos responsáveis eram locadores e/ou vendedores, e como procura a totalidade dos anúncios cujos responsáveis eram locatários e/ou compradores.





anúncios. Este desnivelamento acentuado entre oferta e procura neste ano também pode ser explicado pela entrada maciça de mão-de-obra livre no mercado de trabalho, ou seja, 1881 pode ter sido um ano no qual chegaram muitos migrantes nacionais e estrangeiros na capital do Pará, gerando uma reserva de força de trabalho capaz de tornar mais vantajosa a contratação de trabalhadores livres do que a locação e compra de escravos.<sup>12</sup> Por outro lado, possuir ou comprar escravos, em razão do contexto de amplo questionamento da escravidão, poderia não mais ser bom negócio.

Tabela I  
Oferta e procura de escravos no Diário de Belém (1876 e 1882)

	1876		1882	
<b>OFERTA</b>	72	65,45%	58	65,91%
<b>PROCURA</b>	38	34,55%	30	34,09%
<b>TOTAL</b>	110	100%	88	100%

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 1876 e 1882.

Em todo caso, a procura por escravos não se extinguiu – lembrando que os períodos de baixa procura por esta mercadoria nos jornais não necessariamente correspondiam à existência de poucos compradores no mercado de escravos. A cidade ainda precisava desta força de trabalho/mercadoria. Arrisco-me a dizer que os escravos continuaram sendo comercializados até às vésperas da abolição. Sem mergulhar fundo no campo do verossímil, voltemos às “fontes”.

### Os escravos comercializados

Desviando a atenção dos anúncios para os próprios escravos anunciados, foi dito anteriormente que a pesquisa junto ao Diário de Belém resultou na coleta de um total de 550

<sup>12</sup> Roberto Santos, Bárbara Weinstein e Maria de Nazaré Sarges não apresentam dados de imigração referentes a este ano específico, mas, em geral, salientam que a migração nacional para o Pará foi bastante intensa no final da década de 1870. Já a estrangeira ganharia força apenas no início do século XX (SARGES, 2002; SANTOS, 1980; WEINSTEIN, 1993).



anúncios, um todo que abrange aproximadamente 787 escravos.<sup>13</sup> Analisando as características destes escravos, começando pelo item “sexo”, do total de 787, 442 eram do sexo feminino e 303 do masculino. Os anúncios não fizeram referência ou não especificaram o sexo de apenas 42 mercadorias.

Quanto à cor a situação é bem diferente, ou seja, bastante nublada: 559 escravos não tiveram suas cores mencionadas (além de outros quatro sem especificação). Os anúncios que mencionam esta informação expõem uma variedade de tons. Mantendo os termos encontrados nos próprios documentos, são: 132 pretos; 19 pretos retintos; 1 preto bem retinto; 10 retintos; 4 negros; 34 mulatos; 1 mulato claro; 1 pardo; 18 carafuzes; 3 crioulos; 1 cabra.<sup>14</sup> Não se sabe quais critérios perpassavam a definição da cor de um indivíduo, principalmente em se tratando de cativos. As variações encontradas, portanto, não obedecem a um padrão de identificação, tendo sido adotadas, provavelmente, por critério bastante subjetivo: a observação do fenótipo de cada peça.<sup>15</sup>

No quesito idade, mais inexatidão.<sup>16</sup> A historiografia está recheada de modelos de divisão etária para os cativos.<sup>17</sup> Entre escolher um destes modelos e criar um baseado nas próprias fontes, optei pelo segundo caminho. Assim, a Tabela II apresenta o resultado da divisão por faixa etária dos cativos anunciados no Diário de Belém.

---

<sup>13</sup> Vários anúncios compreendiam mães escravas juntamente com seus filhos ou “crias”, os quais nem sempre eram escravos (nascidos depois da Lei do Ventre Livre). Contudo, como eram negociados junto com suas mães e sua condição raramente era explicitada, optei por incluí-los no banco de dados.

<sup>14</sup> A fim de deixar transparentes as sutilezas e flexibilidades desta classificação (SALLES, 2005), mantive separadas as denominações referentes à cor encontradas no jornal.

<sup>15</sup> Mary Karasch, pesquisando a escravidão no Rio de Janeiro entre 1808 e 1850, coloca que os escravos brasileiros geralmente eram divididos por cor, ignorando-se suas origens regionais (KARASCH, 2000, pp. 36-37).

<sup>16</sup> Os anúncios comumente informam a idade aproximada, acompanhada de termos como “mais ou menos”, “pouco mais ou menos” e “maior de”; do uso de intervalos etários; e de determinadas nomenclaturas, como “ingênuo”, “rapaz”, “pequeno”, “idoso”, entre outras.

<sup>17</sup> Luiz Carlos Soares divide os escravos em seis faixas etárias, “até 10 anos”, “11-20”, “21-40”, “41-50”, “51-60” e “mais de 61 anos” (SOARES, op. cit.). Maria José de Souza Andrade os divide em cinco faixas etárias, “até 12 anos”, “13-25”, “26-35”, “36-45” e “46 em diante” (ANDRADE, 1988).



Tabela II  
Escravos anunciados, divididos por faixa etária (Diário de Belém, 1871-1882)

FAIXA ETÁRIA	Nº DE ESCRAVOS
Até 12 <sup>18</sup>	86
13 a 20 <sup>19</sup>	196
21 a 30 <sup>20</sup>	126
31 a 40 <sup>21</sup>	32
41 em diante <sup>22</sup>	8
Outra especificação <sup>23</sup>	21
Não informado	293
<b>TOTAL</b>	<b>787</b>

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 1871 a 1888.

Dos escravos cujos anúncios mencionam o fator idade, a maioria (322, num total de 494) se situava entre as faixas etárias de maior produtividade: 13 a 20 e 21 a 30 anos. O total de 86 crianças escravas (“até 12 anos”) que aparece nos anúncios, no entanto, não deve ser ignorado. Ele revela a amplitude da comercialização e do emprego da mão-de-obra escrava na cidade – ponderando que muitas delas eram negociadas junto com e em função de suas mães. Conforme aponta Bezerra Neto, “os negócios envolvendo escravos não conheciam limites de idade, considerando que desde os 8 anos, mais comumente a partir dos 10, as crianças escravas podiam e eram muitas vezes incorporadas ao mercado de trabalho” (BEZERRA NETO, 2009b, p. 280).

Resta um último quesito pertinente aos cativos anunciados no Diário de Belém: a caracterização profissional. Dividindo-os deste modo, deparamo-nos com uma força de trabalho qualificada e diversificada, empregada nos mais diversos misteres e lugares. Os escravos eram ofertados e procurados para vários fins, desde cuidar de crianças até trabalhar

<sup>18</sup> Esta faixa engloba os anúncios com escravos no intervalo etário de “10 a 14”, assim como as especificações “cria”, “menor”, “pequeno”, “pretinho” e “ingênuo”.

<sup>19</sup> Esta faixa engloba os anúncios com escravos no intervalo etário de “12 a 13”, “12 a 25”, “15 a 25” e “16 a 24”, e as especificações “rapariga”, “rapariga moça”, “rapaz”, “moço”.

<sup>20</sup> Esta faixa engloba aqueles com escravos no intervalo etário de “13 a 30”, “14 a 30”, “15 a 30”, “16 a 25”, “16 a 30” e “18 a 24”.

<sup>21</sup> Um dos anúncios faz referência a um escravo de 40 anos como idoso.

<sup>22</sup> Esta faixa engloba as especificações “idoso” e “senhor”.

<sup>23</sup> Neste grupo estão reunidas as seguintes especificações/quantidades: “meia idade”/13; “novo”/7; e “todas idades”/1.



como calafates. Do total de 787 cativos, 501 foram associados a uma ou mais qualificações: 311 a uma qualificação; 92 a duas; 71 a três; e 27 a quatro qualificações. Em todos estes grupos, predominam os escravos próprios para os variados serviços domésticos: cozinhar, engomar, lavar, entre outros. Dos escravos com apenas uma qualificação mencionada, apenas 96 (30,87%) não guardavam alguma relação aparente com os serviços domésticos; daqueles com duas qualificações, 14 (15,22%); dos que possuíam três ou quatro qualificações, apenas 2 (2,04%) não possuíam qualificações relacionadas âmbito doméstico. Juntos, totalizam 112 escravos.<sup>24</sup>

Como vários historiadores já apontaram, a especialização em um ou mais ofícios trazia benefícios tanto para os senhores – pois aumentava o valor de mercado do cativo – quanto para o próprio cativo – o qual, por exemplo, poderia conseguir uma maior margem de negociação com seu senhor. Amaral Lapa, por exemplo, ao estudar o mercado urbano de escravos na Campinas da segunda metade do século XIX, afirma que

“(…) as aptidões múltiplas, o interesse em aprender e praticar tarefas de vária natureza, podiam representar quebra da monotonia de trabalhos sempre repetidos, como possibilidade de escolha de incumbências menos desgastantes, mais gratificantes à sua personalidade e até mesmo, pode-se admitir, escolhas que permitissem melhora de vida, qualificação promissora para futuras ambições, embora na condição de escravo, ou de remota possibilidade de liberdade” (LAPA, 2008, p. 172).

Quando empregado ao ganho, o escravo especializado geralmente auferia maiores rendimentos, ficando mais próximo de conseguir comprar sua liberdade.<sup>25</sup> Deve-se ponderar, contudo, que existiam diferentes níveis de especialização. Em muitos anúncios, a qualificação profissional é acompanhada por epítetos como “bom”, “excelente”, “regular”, “perfeito

---

<sup>24</sup> Os termos relativos às qualificações profissionais não ligadas aos serviços domésticos encontrados no jornal foram os seguintes: 1) referência a apenas uma qualificação: calafate, calceteiro, carpina, carpinteiro, ferreiro, lavrador, oleiro, “para as pedreiras”, pedreiro, “para refinação de açúcar”, “para serviço de açougue”, “para serviço de companhia ou engenho”, “para serviço de caieira”, vaqueiro; 2) referência a duas qualificações: lavrador e “para diversos serviços”, lavrador e condutor de carros, lavrador e “para serviços na cidade”, pedreiro e “para todo serviço”, pedreiro e padeiro, pedreiro e carpina, servente e “para puxar carro de fazenda”, “para serviço de armazém” e “para qualquer serviço”, “para serviço de padaria” e “para refinação de açúcar”, “para serviço de sítio” e “para cortar e embarcar madeiras”, “para todo serviço” e carpina; 3) referência a três e quatro qualificações (respectivamente): “trabalhador”, “roça” e carreiro e carpina, pintor, “lavoura” e “para todo serviço”. Análise mais ampliada sobre as formas de trabalho escravo na cidade de Belém neste período pode ser encontrada em LAURINDO JUNIOR, 2012.

<sup>25</sup> Sobre a questão da especialização profissional dos escravos, cf.: SOARES, 2007; KARASCH, 2000; WISSENBACH, 1998; entre outros.



oficial”, “entende alguma coisa”, “perito”, entre outros. Obviamente, os senhores buscavam valorizar suas peças, dificilmente indicando o nível elementar de aprendizado de um ofício, quando fosse o caso. Como coloca Amaral Lapa, “desde uma preocupação de *marketing* até a de esconder ou diminuir defeitos e aumentar qualidades, os anúncios redigidos pelo próprio interessado ou pelo redator podem simplesmente camuflar o que é oferecido ou procurado” (Idem, *ibidem*, p. 170).<sup>26</sup>

Ao ser colocado para aprender um ofício, o cativo se tornava um “aprendiz” e, geralmente, ficava sob a tutela de um “mestre de ofício” (SOARES, 2007). Nesta etapa de aprendizado, os escravos viviam “a duras penas”, tal qual o escravo Domicio. Em 18 de junho de 1879, seu senhor, Bernardo de Miranda Fontoura escreveu as seguintes recomendações ao mestre de obras José Alves d’Oliveira Franco (vulgo José Victorino), português, casado, 35 anos, a quem o entregava com o intuito de que lhe fosse ensinado o ofício de pedreiro:

“Remeto o Domicio, não o castigue, mande por-lhe o ferro com a corrente no pé direito e mande cortar-lhe, a triunfo, o cabelo. Eu deixei o ferro na mão do mestre carpinteiro Sr. Antonio. Mande rebater bem o cravo do ferro e que tenham todo cuidado nele. Ele leva o almoço para não vir à casa senão às 6 horas, quando largar o serviço, e mande-o sempre acompanhado por Venâncio” (Centro de Memória da Amazônia, 1º Distrito Criminal, Autos crimes de ferimentos leves, 1879).

As recomendações de Bernardo Miranda, entretanto, não foram levadas muito a sério. Pouco mais de dois meses depois de ter recebido a carta acima, José Victorino foi denunciado pelo Promotor Público. Conforme a denúncia, no dia 3 de julho daquele ano, mais ou menos ao meio dia, numa casa em construção situada no canto da Rua Formosa com a 7 de Setembro, quando Victorino mandava aplicar um “moderado castigo de palmatoadas” em seu “discípulo” (o menor Domicio), “aconteceu serem atraídos ali, pelos gritos do menor castigado, muitos curiosos, entre os quais achava-se o capitão Pedro Antonio Paes, que, levado pelos primeiros e naturais impulsos de seu nobre coração, deu voz de prisão ao denunciado” (Centro de Memória da Amazônia, *ibidem*).

---

<sup>26</sup> Segundo Gilberto Freyre, “os anúncios e venda de escravos quase sempre gritam: ‘Vende-se o escravo tal, bonita figura, sem vício ou achaque algum’. Mas pelos anúncios de escravos fúgidos ficamos sabendo que eles não eram assim tão sãos, embora fossem, talvez, a parte mais sadia da população brasileira” (FREYRE, 2010, p. 119). Lilia Schwarcz aponta no mesmo sentido, dizendo que “nos classificados, os anunciantes possuíam (...) uma difícil tarefa: a de exaltar as características positivas dos cativos oferecidos, garantir o caráter excepcional das ‘mercadorias’ e afastar deles todo o ‘estigma’ da escravidão” (SCHWARCZ, 1987, pp. 136-137).



O responsável por aplicar aquele castigo foi o preto Cypriano, também escravo. Interrogado, Cypriano respondeu que, munido com um pedaço de tábua de marupaúba, não deu palmatoadas em outra parte do corpo de Domício “a não ser nas mãos”. Segundo Victorino, o aprendiz fora castigado “por não ter cumprido fielmente o serviço que lhe mandou fazer”. O Juiz de Direito do Terceiro Distrito, provavelmente por ter considerado como leve e justificável o castigo aplicado, julgou improcedente a denúncia e encerrou o processo (Centro de Memória da Amazônia, *ibidem*).

O escravo obediente era muito valorizado no mercado de escravos. Além da obediência, uma dezena de outras qualidades físicas e morais eram requisitadas ou propagandeadas nos anúncios do Diário de Belém, sintetizadas em aforismos como: “boa conduta”, “bonita figura”, “sadio”, “sem vícios”, “bons costumes”, “robusto”, “fiel”, “asseado”, “morigerado”, etc. Observemos alguns anúncios: “Cozinheiro. O agente Almeida informa quem vende um excelente escravo cozinheiro, garante ser perfeito e morigerado” (Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 29/11/1872); “Precisa-se alugar. Dois escravos sadios, de boa conduta e sem vícios, hábeis para o serviço de um sítio, corte e embarque de madeiras, (...) quem os tiver e quiser aluga-los, dirija-se aos srs. Moraes Rocha & C<sup>a</sup>, no Reduto” (Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 15/10/1872); “José Velloso Barreto, na travessa do Passinho, tem para vender uma boa preta, com 20 anos de idade, bonita figura, saudável, sabe lavar e coser com perfeição e engoma sofrivelmente, e não tem vícios” (Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 21/03/1871).

Poucos, a exemplo de José Velloso, revelavam os problemas de suas mercadorias. O escrivão Oliveira Mello, em 13 de março de 1881, publicou um anúncio no qual, ao mesmo tempo em que ressaltava os atributos de uma “peça”, elencava os defeitos de outra:

“Escravas. O Escrivão Oliveira Mello, tem para vender duas escravas, sendo uma moça, robusta, sem vícios nem moléstia e que sabe perfeitamente lavar roupa, cozinhar e um pouco de engomar, servindo também para ama-seca, por ser muito pacata e obediente, preço 1:300\$; outra um tanto idosa, sofrendo de reumatismo somente nas pernas, bastante humilde, tendo apenas o vício de gostar de aguardente, e muito própria para trabalhos de lavoura, preço 600\$000” (Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 13/03/1881).

Em síntese, os anúncios do Diário de Belém procuravam/ofertavam, fundamentalmente, escravos do sexo feminino, pretos, com idade entre 13 e 30 anos, alguma



qualificação profissional e bons atributos físicos e morais. Passemos agora aos responsáveis pelos anúncios, os anunciantes, em muitos casos eles próprios donos dos cativos anunciados.

### Os responsáveis pelos anúncios e os lugares do comércio

Poder-se-ia argumentar que os anúncios se repetiam nos jornais, referindo-se muitas vezes ao mesmo escravo, e se repetiram, conseqüentemente, no processo de quantificação. Contudo, organizando os dados de acordo com os responsáveis pelos anúncios (os anunciantes), verifica-se que, no Diário de Belém, em geral, a quantidade de escravos que cada um deles anunciava era muito pequena. Apesar de ser uma circunstância de difícil verificação (visto que pouquíssimos anúncios informam o nome e outras informações pessoais dos cativos), a relação anunciantes/quantidade de escravos anunciados sugere que os escravos que apareceram em mais de um dos 550 anúncios eram exceção. Para se ter ideia, dos 299 anunciantes que informaram suas identidades, apenas 45 publicaram mais de um anúncio. Recortando os que publicaram três ou mais, chega-se a um total de apenas 23 anunciantes (listados na Tabela III).

Tabela III  
Anunciantes de três ou mais escravos (Diário de Belém, 1871-1882)

ANUNCIANTES	Nº DE ESCRAVOS ANUNCIADOS
Tipografia do Diário de Belém <sup>27</sup>	61
Agente Almeida	17
Agente Evaristo	3
Agente Guedes da Costa	50
Agente Guilhon	6
Agente Oliveira	35
Andrade & Cia	4
B. R. Andrade & Cia	3
Cerqueira Ribeiro & Cia (armazém)	3
Constantino Gonçalves Coelho	5
Costas Tavares & Dias (armazém)	5
Fábrica de Licores	7
Ferreira Santiago & Cia (armazém de móveis)	3
Indalescio Pepes de Paula Lemos	5

<sup>27</sup> Este grupo compreende tanto os anúncios de responsabilidade da própria tipografia do Diário de Belém quanto os anúncios em que esta tipografia apenas indica os interessados em vender, comprar ou alugar cativos.



J. Marques Viegas & Cia (armazém)	7
Joaquim Henriques Klautau & Cia (armazém)	5
José da Silva Castro	4
José Velloso Barreto	3
Loja Nazaré	7
Manoel Batista de Miranda & Filho	3
Mesquita & Irmão	6
Silva Coimbra & Cia	3
Dias Cardoso (tabelião)	3
<b>TOTAL</b>	<b>248</b>

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 1871-1888.

A maioria dos escravos quantificados na Tabela III foi anunciada por agentes: o agente Guedes da Costa, sozinho, anunciou 50 cativos; seguido pelo agente Oliveira, responsável pela negociação de 35; pelo agente Almeida, 17; e pelos agentes Guilhon e Evaristo, que anunciaram 6 e 3 escravos, respectivamente. Geralmente realizando as negociações em seus respectivos escritórios, os agentes eram indivíduos especializados no comércio em geral, não apenas de escravos (CANCELA, 2006). Por conseguinte, o fim da escravidão pode até ter afetado suas finanças, mas provavelmente não significou o fim das atividades profissionais destes homens de negócio.

Na maioria dos anúncios, os indivíduos e firmas que negociavam escravos nas páginas do jornal revelaram suas identidades, expondo-se à opinião pública. Contudo, os anunciantes de 99 escravos (do total de 787) não o fizeram. Além destes, os responsáveis por outros 34 escravos anunciados ofereceram informações vagas sobre suas identidades, o que recaí no que foi dito no início do capítulo, a respeito da possibilidade, aberta aos interessados em comercializar escravos, de vender, comprar ou alugar este tipo de mercadoria sem serem identificados e mantendo certa distância do negócio. Cabe lembrar que, nos derradeiros anos da escravidão, o “sentimento de filantropia”, segundo José Maia Bezerra Neto, tomou conta da sociedade paraense e, por extensão, da imprensa liberal e conservadora. Filantropia pensada não como ato caritativo ou assistencialista, mas “como sentimento de reforma da sociedade visando seu progresso material e moral”, baseado num “humanitarismo cristão” e em dissonância com o que destoasse deste ideal de progresso, o que não implicava, necessariamente, em nivelamento social e abdicção das hierarquias existentes na sociedade. Muitos proprietários e editores de jornais, compartilhando desde “sentimento”, deixaram de publicar anúncios e matérias que representassem a manutenção do *status quo* escravista





(BEZERRA NETO, 2009a, pp. 166-67).<sup>28</sup> Aqueles anunciantes anônimos, portanto, somados aos que ofereciam ao leitor do Diário de Belém apenas endereços e informações vagas, provavelmente o fizeram a fim de preservarem a imagem de “cidadãos de bem”.

Por fim, vale destacar que as páginas dos jornais reservadas aos anúncios serviam, na verdade, como meio de divulgação de um comércio que se espalhava por várias ruas de Belém. Por todos os cantos da capital, em casas, armazéns, lojas, fábricas e outros locais, o comércio de peças negras, contrariando a maré emancipacionista da década de 1870 (BEZERRA NETO, 2009a), mantinha-se vigoroso. Os anúncios, ao revelarem os endereços ou a referência para a realização da negociação, permitem o esboço de um mapeamento deste comércio (ver Tabela IV).

Tabela IV

Logradouros/referências para a efetivação da negociação dos escravos anunciados (Diário de Belém, 1871-1882)

LOGRADOURO/REFERÊNCIA	Nº DE ESCRAVOS	LOGRADOURO/REFERÊNCIA	Nº DE ESCRAVOS
Alfama (rua)	11	Misericórdia (largo)	3
Bailique (rua)	6	Mundurucus (estrada)	1
Belém (rua)	1	Nazaré (arraial/estrada/largo)	26
Boa Vista (rua)	11	Norte (rua)	1
Cadeia (rua)	11	Nova de Santana (rua)	2
Cavalheiros (rua) <sup>29</sup>	9	Ocidental do Mercado (travessa)	14
Cesário Alvim (rua)	2	Paixão (rua)	11
Chafariz <sup>30</sup>	1	Palácio (largo)	2
Colares (porto)	2	Passinho (travessa)	15
Colégio (calçada)	1	Pedreira (rua)	2
Companhia (travessa) <sup>31</sup>	5	Pelourinho (travessa)	11
Cruz das Almas (rua)	6	Praia (rua)	4
Espírito Santo (rua)	5	Princesa (travessa)	6

<sup>28</sup> O autor concorda com Célia Maria Marinho de Azevedo, quando esta expressa que, em meados da década de 1860, começou a gestação de uma “comunidade de sentimento abolicionista no Brasil”, momento em que “as elites brasileiras estavam se tornando cada vez mais sensíveis aos pedidos de emancipação e à opinião internacionalmente difundida de que a escravidão contradizia a civilização”, apegadas, contudo, à idéia – com a qual os emancipadores e abolicionistas moderados também estavam de acordo – de que o fim da escravidão não ocasionaria, obrigatoriamente, o fim da autoridade senhorial, da ordem e das hierarquias sociais construídas ao longo do regime escravista (AZEVEDO, 2003, pp. 33, 66 apud BEZERRA NETO, 2009a). Segundo Bezerra Neto, é justamente a aceitação desta continuidade que explica porque a reforma do *Elemento Servil* poderia ter sido obra dos próprios senhores de escravos, “ainda que obviamente não de todos, pois havia aqueles que até o último instante resistiram à mesma” (BEZERRA NETO, 2009a). Comentando sobre esta questão, Gilberto Freyre coloca que “os jornais que aderiram ao movimento emancipador e por escrúpulos, até então desconhecidos, de dignidade jornalística, recusavam-se a publicar anúncios de compra e venda de gente e sobretudo de fuga ou desaparecimento de escravos” (FREYRE, 2010, p. 95). Sobre o emancipacionismo/abolicionismo na imprensa paraense, cf. ainda LIMA, 2006 e SALLES, 2004.

<sup>29</sup> Também indicado como “vulgo Rua do Doutor Malcher”.

<sup>30</sup> Localizado no “canto da Rua do Rosário”.

<sup>31</sup> Provavelmente ficava no Largo do Palácio, como indicado nos anúncios.



Cia Fluvial Paraense (trapiche)	1	Quartel (largo)	1
Ferreiros (travessa)	1	Reduto (doca)	15
Flores (rua)	5	Rosário (rua/largo)	5
Formosa (rua)	26	Santa Maria (engenho)	1
Gaivotas (travessa)	3	Santana (largo)	1
General Gurjão (rua)	1	Santo Antonio (rua/travessa) <sup>32</sup>	31
Glória (travessa)	3	São Boaventura (rua)	1
Igreja de São João (largo)	2	São Jerônimo (estrada)	4
Ilha de Tatuoca	1	São João (rua)	1
Imperador (rua)	3	São José (estrada)	8
Imperatriz (rua/doca) <sup>33</sup>	32	São Mateus (travessa)	13
Anajás	1	São Vicente (rua)	1
Independência (estrada)	1	Sé (largo)	1
Indústria (rua) <sup>34</sup>	23	Seminário (travessa)	1
Inocência (rua)	1	Sete de Setembro (travessa)	3
Mártires (rua)	6	Trindade (rua)	12
Mercadores (rua)	18	Ver-o-Peso	1
Mercês (praça/largo/travessa)	24	<b>TOTAL</b>	<b>421</b>

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna, Diário de Belém, 1871-1888.

Como se vê, a comercialização de cativos não se concentrava em um ou mais locais da cidade. Pelo contrário, era esparsa, distribuída por várias vias de circulação e pontos referenciais, como ruas, travessas, estradas, largos, trapiches e docas, já que os próprios donos de cativos também costumavam negociá-los. A Rua/Doca da Imperatriz (32), a Rua/Travessa de Santo Antonio (31), Rua Formosa (26), Estrada/Largo Arraial de Nazaré (26), Praça/Largo/Travessa das Mercês (24) e a Rua da Indústria (23), foram locais indicados para a comercialização de um total de 162 escravos, aproximadamente 20,6% do total de escravos anunciados (787) e 38,5% do total de escravos anunciados com indicação de endereço ou referência para negociação (421).

Os dois distritos mais urbanizados da capital, o 1º e o 2º, área que concentrava grande parte do comércio, da administração e dos serviços da cidade,<sup>35</sup> aparecem na maioria

<sup>32</sup> Também indicado como “vulgo Calçada do Teatro” ou “vulgo Calçada das Mercês”.

<sup>33</sup> Também indicado como “vulgo Rua da Praia”.

<sup>34</sup> Também indicado como “vulgo Rua do Açougue”.

<sup>35</sup> Segundo Cristina Cancela, no final do século XIX, Belém possuía quatro distritos principais: Cidade, Campina, Trindade e Nazaré, sendo que “o conjunto desses distritos foi sendo formado em momentos diferenciados e apresentou características diversas ao longo da História da cidade” (CANCELA, 2006, p. 106). Dos logradouros/locais mencionados na Tabela IV, integram o 1º Distrito os seguintes: Alfama, Cavalheiros, Colégio, Companhia, Cruz das Almas, Espírito Santo, Ferreiros, Igreja de São João, Norte, Ocidental do Mercado, Palácio, Pelourinho, São Boaventura, São João, São José, Sé, Seminário, Sete de Setembro e Ver-o-Peso. O 2º Distrito: Belém, Flores, Indústria, Mártires, Misericórdia, Quartel, Reduto, Santana e São Vicente. O 3º Distrito: Bailique, Cesário Alvim, Gaivotas, General Gurjão, Inocência, Nazaré, Pedreira. O 4º Distrito: Independência. Atravessam o 1º e o 2º distritos: Boa Vista, Cadeia, Formosa, Imperador, Imperatriz, Mercadores, Nova de Santana, Paixão e Praia. Atravessam o 2º e o 3º: Chafariz, Mercês, Passinho, Princesa, Rosário, Santo Antonio e Trindade. Atravessa o 3º e o 4º distritos: São Jerônimo. O 4º e o 5º: Mundurucus. Vai



dos anúncios. Agrupando as ruas da Tabela IV por distrito, pode-se encontrar 84 anúncios fazendo referência ao 1º Distrito e 56 ao 2º. Considerando os logradouros que perpassam mais de um distrito, no caso, o 1º e o 2º, são mais 118 anúncios. No total, são 258 anúncios indicando endereços para a negociação de escravos situados nesta área mais urbanizada, 61,28% dos 421 indicados na Tabela IV. Portanto, se o comércio desta mercadoria era espalhado, por outro lado, quem quisesse comprar escravos sabia bem aonde ir.<sup>36</sup>

## Conclusão

Nas décadas de 70 e 80 do século XIX, não obstante as mudanças em diferentes escalas e tons vivenciadas pela sociedade belenense, a comercialização de escravos mantinha seu fôlego e a demanda pela força de trabalho escrava não cessava – conforme demonstraram os anúncios de compra, venda e aluguel de escravos publicados diariamente no Diário de Belém até 1882 (isso sem levar em conta os demais jornais de grande circulação). Utilizados nas mais variadas ocupações pela cidade, empregados de diferentes formas e comercializados em variados lugares, estes indivíduos compunham uma coletividade que matizou a paisagem da Belém de outrora. Portanto, nesta cidade, vinculada por muitos à *belle-époque*, onde, como em tantas outras, determinados grupos projetavam os anseios por modernização e civilização característicos do *fin de siècle*, a escravidão negra de origem africana foi uma continuidade.

Antes de findar o artigo, uma advertência se faz importante. Como apontam certas pesquisas (CHALHOUB, 1990; CARVALHO, 1998; BEZERRA NETO, 2002; entre outros), os escravos não ficavam inertes frente à possibilidade de serem vendidos, comprados ou alugados. Pelo contrário, participavam ativamente, direta ou indiretamente, das negociações. Todavia, entrar na seara dos anseios e experiências individuais dos escravos anunciados nos jornais, infelizmente, ultrapassa os limites aqui estabelecidos.

---

do 1º ao 3º: São Mateus. Vai do 2º ao 4º: Glória. Além destes, 5 anúncios mencionam locais específicos dentro e fora de Belém e 1 outra cidade: Porto Colares, trapiche da Companhia Fluvial Paraense, Ilha de Tatuoca, engenho Santa Maria e Anajás. Cf.: CRUZ, 1992; Arquivo Público do Estado do Pará, Segurança Pública, Secretaria de Polícia da Província, Ofícios/Secretaria de Presidência da Província, 1881; e “Planta da Cidade do Pará, mandada levantar pela Vereação do Quatriênio de 1883-1886, pelo engenheiro da Câmara Manoel Odorico Nina Ribeiro” (Sem identificação).

<sup>36</sup> Quanto ao restante, 41 indicam endereços no 3º Distrito e 1 no 4º Distrito; 94 em logradouros que atravessam o 2º e o 3º distritos; 4 que atravessam o 3º e o 4º; 1 que atravessa o 4º e o 5º (surgido em momento posterior); 13 logradouros que vão do 1º ao 3º distritos; e 3 do 2º ao 4º.



## Referências Bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822). Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.
- ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão de obra escrava em Salvador, 1811/1860**. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPQ, 1988.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**. Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 36, 66 apud BEZERRA NETO, José Maia. **Por Todos os Meios Legítimos e Legais**: As Lutas contra a Escravidão e os Limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, SP, 2009a.
- BEZERRA NETO, José Maia. O que aconteceu com Zacarias? Uma micro-análise da escravidão em seus últimos anos em Belém. **História & Perspectivas**, n. 25/26, p. 307-331, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Por Todos os Meios Legítimos e Legais**: As Lutas contra a Escravidão e os Limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, SP, 2009a.
- \_\_\_\_\_. Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). **História & Perspectivas**, v. 41, p. 267-298, 2009b.
- CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870-1920)**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2006.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. da UFPE, 1998.
- CASTRO, Márcia Regina Gonçalves. **Escravidão, criminalidade escrava e imprensa no Grão-Pará**: “a Carnificina de Carnapijó” (1871-1872). Monografia (Graduação), Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, PA, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**: significado histórico de suas denominações. 2.ed. Belém: CEJUP, 1992.



- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidades e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. 4.ed. São Paulo: Global, 2010.
- GOUVEIA, Maurílio de. **História da escravidão**. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy LTDA Editora, 1955.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1916). Belém: Ed. Açai / Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **A cidade de Camilo**: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, PA, 2012.
- LIMA, Helder Lameira de. Malditos de Raça, Malditos de Cor: a imprensa abolicionista belenense e seu atropelos raciais. In: LIMA, Maria Roseane Pinto; NEVES, Fernando Arthur de Freitas. (Org.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006, pp. 383-418.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula. (Org.) **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Belém: IAP / Programa Raízes, 2005.
- SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPQ, 1988.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj / 7Letras, 2007.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1993.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

*Recebido em 30 de Setembro de 2013.  
Aprovado em 26 de Fevereiro de 2014.*